

VI SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA

SÁBADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA:

200 ANOS DE REGULAMENTAÇÃO DA IMPRENSA NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO

CADERNO DE RESUMOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

DE 23 A 26 DE NOVEMBRO DE 2021

EVENTO ONLINE

Realização



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



NEMOXEX
Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista

Apoio



Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento
Científico e Tecnológico do Maranhão

**VI Simpósio de História do Maranhão Oitocentista / VI
Simpósio Internacional de História Contemporânea: 200 anos
de regulamentação da imprensa no mundo luso-brasileiro.**

23 a 26 de novembro de 2021

Evento online

ISBN: 978-65-89821-52-6

Caderno de Resumos



São Luís - MA

2021

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

**NÚCLEO DE ESTUDOS DO MARANHÃO OITOCENTISTA (NEMO)
NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (NUPEHIC)**

COMITÊ ORGANIZADOR

Dr.^a Carine Dalmás

Dr. Marcelo Cheche Galves

Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves

Dr. Roni César Andrade de Araújo

Dr. Yuri Michael Pereira Costa

Dr. José Henrique de Paula Borralho

Dr.^a Tânia Bessone da Cruz Ferreira

Dr. Antônio Rafael Amaro

Dr. Carlos Eduardo Pacheco Amaral

Dr. Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho

Dra. Wilma Peres Costa

SECRETARIA DO EVENTO

Ma. Priscilla Neves

Me. Leonardo Leal Chaves

EDITORAÇÃO

Priscilla Neves

Leonardo Leal Chaves

ORGANIZAÇÃO DESTE VOLUME

Monica Piccolo Almeida Chaves

Marcelo Cheche Galves

Priscilla Neves

Leonardo Leal Chaves

S612

Simpósio de História do Maranhão Oitocentista (6.: 2021: São Luís, MA).

Caderno de resumos do VI Simpósio de História do Maranhão Oitocentista [e] do VI Simpósio Internacional de História Contemporânea: 200 anos de regulamentação da imprensa no mundo luso-brasileiro. São Luís, de 23 a 26 de novembro de 2021 / organizadores Marcelo Cheche Galves e Monica Piccolo Almeida Chaves. – São Luís: Editora UEMA, 2021.

40 p.

Evento on-line.

ISBN: 978-65-89821-52-6

1. Imprensa. 2. Luso-brasileiro. 3. Maranhão Oitocentista. 4. História Contemporânea. I. Galves, Marcelo Cheche. II. Chaves, Monica Piccolo Almeida. III. Título.

CDU 94(812.1):070(469+81)

Elaborada por Lauisa Sousa Barros - CRB 13/657



Sumário

SIMPÓSIO TEMÁTICO 1 - IMPRENSA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL	5
SIMPÓSIO TEMÁTICO 2 – AGENTES DAS LETRAS NOS 200 ANOS DO IMPÉRIO BRASILEIRO	8
SIMPÓSIO TEMÁTICO 3 - ESCRAVIDÃO E IMPRENSA NO MARANHÃO OITOCENTISTA	11
SIMPÓSIO TEMÁTICO 4 - IMPRENSA NO MARANHÃO: DUZENTOS ANOS DE HISTÓRIA.....	14
SIMPÓSIO TEMÁTICO 5 - “PORTUGUESES” E “BRASILEIROS” NA IMPRENSA DOS OITOCENTOS	19
SIMPÓSIO TEMÁTICO 7 - IMPRENSA, IMAGINÁRIO FEMININO E EDUCAÇÃO	24
SIMPÓSIO TEMÁTICO 8 - DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA EM DEBATE: REFLEXÕES NA INTERFACE DE ESTADOS, PARTIDOS POLÍTICOS, ORGANIZAÇÕES CULTURAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS (XIX-XX-XXI)	26
SIMPÓSIO TEMÁTICO 9 - HISTÓRIA DO MARANHÃO REPUBLICANO POR MEIO DA IMPRENSA	30
SIMPÓSIO TEMÁTICO 12 - IMPRENSA LUSO-BRASILEIRA: DO ESTADO NOVO À DEMOCRACIA.....	34
SIMPÓSIO TEMÁTICO 13 - IMPRENSA COMO FONTE E OBJETO NO BRASIL DITATORIAL	37

SIMPÓSIO TEMÁTICO 1 - IMPRENSA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NACIONAL

Coordenadoras:

Dra. Regina Helena Martins de Faria (UFMA)

Dra. Raíssa Gabrielle Vieira Cirino (UEMA)

1. OS HOMENS DE NEGÓCIO E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO

Doutoranda Luisa Moraes Silva Cutrim (UFJF)

O objetivo do presente trabalho é analisar a atuação dos homens de negócios na praça comercial do Maranhão sob a perspectiva da construção do novo Estado do Brasil. Após sofrerem reveses com a Independência, ocorre o reposicionamento político dos negociantes, onde (entre outras coisas) se empenharam em demonstrar publicamente a fidelidade ao recém-criado Império do Brasil. Busca-se compreender as estratégias utilizadas por estes personagens para manterem, além do poder econômico, suas influências políticas na região.

2. A IMAGEM DOS "PAIS FUNDADORES" NO ESPAÇO PÚBLICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1827-1835

Mestrando Paulo Vitor Soares da Silva (UFJF)

O presente trabalho discute a incorporação do mito dos “pais fundadores” – mito criado nos Estados Unidos a respeitos dos homens responsáveis pela formação do Estado norte-americano – no espaço público da cidade do Rio de Janeiro, atentando para o impacto dessa imagem nos projetos de nação em discussão pela imprensa periódica da corte. A imagem dos “pais fundadores” estava ligada a concepção de que os Estados Unidos estavam prosperando após a sua independência, havendo ressalvas no tocante a matriz do republicanismo norte-americano, entre liberais moderados e conservadores. O intuito aqui é demonstrar como essa imagem dos “pais fundadores” foi incorporada no discurso das três facções políticas (liberais moderados, liberais exaltados e conservadores ou caramurus) na análise da prosperidade norte-americana.

3. HOMENS DE LEI NA POLÍTICA OITOCENTISTA: a representação dos magistrados do Maranhão a partir do jornal Farol Maranhense (1827-1832)

Dr.^a Raissa Gabrielle Vieira Cirino (UEMA)

Após o processo de independência, a província do Maranhão passou por uma reorganização política, abrangendo a criação de novas instituições e instâncias jurídicas e administrativas. Velhas e novas figuras políticas passaram a disputar cargos de nomeação e eletivos, sendo que o critério de formação em leis despontou, mesmo quando não era obrigatório. A partir de um levantamento sobre essas figuras e suas trajetórias, especialmente pelas folhas do periódico Farol Maranhense, esse trabalho busca esboçar um perfil coletivo dos magistrados e de sua participação no campo da política, em nível provincial e nacional, durante a primeira metade do século XIX, período marcado pelas adaptações e singularidades decorrentes da necessidade de estruturação do novo Estado imperial e da acomodação de uma elite em nível provincial.

4. A AÇÃO POLÍTICA DA IMPRENSA E O CONCEITO DE "PUBLICIDADE"

Dr. Renato de Ulhoa Canto Reis (UVA)

A imprensa durante o processo de construção do estado nacional brasileiro buscou legitimar e justificar sua atuação política por meio de três conceitos em especial: liberdade de imprensa, opinião pública e publicidade. O objetivo desta apresentação é discutir os usos efetuados do conceito de publicidade, visando demonstrar a sua trajetória na longa duração e a maneira como os periodistas valeram-se de usos antigos e de reelaborações nos seus significados. De forma geral, trata-se da transformação da "publicidade exemplar", vinculada às questões morais, teológicas e jurídicas, para um conceito de "publicidade política", pensado como um princípio garantidor da verdade e legitimador da ação pública da imprensa. Para tanto, serão analisados os periódicos "A Aurora Fluminense", "O Revérbero Constitucional Fluminense", "O Conciliador do Maranhão" e "O Farol Maranhense".

5. DIFUSORES DA "LUZES": a circulação dos impressos liberais moderados entre Minas Gerais e a Corte (1827-1832)

Mestrando Raphael Guilherme Santorio Silva (UFJF)

A presente comunicação busca investigar a rede de sociabilidade impressa constituída pelos liberais moderados entre a província de Minas Gerais e a Corte ao longo do Primeiro Reinado, a partir dos principais periódicos vinculados ao grupo naquele período: Universal, Astro de Minas, Astréa e Aurora Fluminense. Ao abordarmos estes impressos como fonte e objeto de pesquisa, é possível a realização de uma análise da ação dos diversos atores envolvidos com tais publicações e, a partir daí, a reconstrução das formas empreendidas para promoção de suas circulações por esses espaços. Atuantes na oposição que culminou na abdicação de dom Pedro I, a hipótese principal é de que a atuação na imprensa era vista enquanto estratégia de ação e ascensão política para os envolvidos nesse circuito de comunicação, com a finalidade de concretizar objetivos políticos e econômicos, de longo e curto prazo, que mobilizou os agentes em torno do liberalismo moderado.

6. NOS RASTROS DE INÁCIA VAZ: venturas e desventuras de uma pesquisa

Dr.^a Regina Helena Martins de Faria (UFMA)

Há no Maranhão, na região do Baixo Parnaíba, o município Buriti de Inácia Vaz. É intrigante o fato de não se saber ao certo quando viveu e qual a etnia dessa mulher, tida como a “fundadora” da povoação que deu origem ao município. Versão divulgada em publicações do IBGE afirma que ela ali se estabeleceu com um engenho de açúcar mascavo, rapadura e aguardente. No imaginário local floresceram versões conflitantes que a colocam como portuguesa, pernambucana, indígena ou negra liberta. Nesta comunicação relato a pesquisa realizada a partir de um indício aparentemente inquestionável: há uma família em Caxias que tem entre seus antepassados uma Inácia Vaz. A busca em documentação cartorial, paroquial e, particularmente, na imprensa da época levou a resultados inesperados. Vale conferir.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 2 – AGENTES DAS LETRAS NOS 200 ANOS DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Coordenadores:

Dr. José Henrique de Paula Borralho (UEMA)

Dra. Cristiane Navarrete Tolomei (UFMA)

Doutoranda Liana Márcia Gonçalves Mafra (UFPA)

1. GONÇALVES DIAS: a consagração de um poeta nacional

Doutoranda Andréa Camila de Faria Fernandes (UERJ)

Nascido contemporaneamente à consolidação do processo de independência política do império do Brasil, o maranhense Antônio Gonçalves Dias viu-se alçado ao posto de “o poeta nacional por excelência” desde a publicação de seus Primeiros Cantos, em 1846. Considerando que esta consagração fez parte de um processo maior, tal como o de definição de uma identidade brasileira, o objetivo do presente trabalho é pensar a consolidação da memória de Gonçalves Dias como poeta nacional e a permanência do mais famoso de seus poemas, a Canção do exílio, como um dos nossos ícones de identidade.

2. ESTRANHOS IGNAVOS: críticas poéticas de Gonçalves Dias ao processo de colonização do Brasil

Dr. José Ribamar Neres Costa

Antônio Gonçalves Dias é considerado um dos mais importantes escritores da literatura de língua portuguesa de todos os tempos. Apesar de sua poesia ser quase toda voltada para as idealizações da pátria, do amor e do indígena, é possível perceber-se que em alguns trechos de sua obra, o poeta demonstra sutilmente sua indignação para com o processo de colonização e com os métodos empregados pelos europeus durante a chegada à nova terra descoberta. O objetivo desta comunicação é rastrear e interpretar os versos nos quais Gonçalves Dias tece tais críticas, utilizando-se como corpus de análise, principalmente os poemas “I-Juca Pirama”, “O Canto do Piaga” e “Deprecação”, além de cotejar passagens dos textos literários com estudos de Capistrano de Abreu, José Henrique de Paula Borralho, Manuel Bandeira, Josué Montello e Lúcia Miguel-Pereira. O trabalho é de natureza qualitativa com ênfase no método crítico-comparativo.

3. REVISITANDO A NOTA C DO JORNAL DE TÍMON (1858)

Doutoranda Ana Priscila de Sousa Sá (UFMA)

O estudo focalizou a Nota C publicada por João Francisco Lisboa ao final dos Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão (1858), no Jornal de Tímon (1852-1858). Enviado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para pesquisar documentos sobre o Brasil em arquivos portugueses, Lisboa redigiu os últimos volumes dos Apontamentos... à luz de materiais inéditos, fato que o levou a rever alguns posicionamentos defendidos na parte impressa ainda na Província do Maranhão. O caso da Nota C é interessante por expor a mudança de abordagem do autor sobre o tema da civilização indígena e a crítica ao disposto acerca desse assunto por Francisco Adolfo de Varnhagen na “História Geral do Brasil” (1854-1857) por meio de uma nota longa, o que denotava sua inserção no debate amplo da questão indígena que percorreu o Oitocentos brasileiro, bem como um conhecimento de procedimentos metodológicos da moderna historiografia

4. A CIRCULAÇÃO DE ROMANCES ENTRE O PARÁ E O MARANHÃO NA IMPRENSA OITOCENTISTA

Dr.^a Izenete Nobre Garcia (UEMA)

No século XIX, a cidade de Belém do Pará se destacou como metrópole da Amazônia por sua importância comercial e sua posição estratégica para exportação e importação de produtos vindos da Europa. Essa posição econômica e política permitiu que não apenas pessoas, mas ideias para ali confluíssem num movimento dinâmico de partilha com outras cidades do Império, incluindo São Luiz-Ma. A atividade letrada nessas duas províncias se desenvolveu e consolidou por meio da imprensa periódica. O jornal assumiu a função de legitimador da Literatura. Por isso, faz-se necessário estudar a imprensa como esse veículo que oferece subsídios para compreender o processo de sistematização do mercado consumidor da literatura escrita e de formação de um público leitor. Nesse sentido, o objetivo dessa comunicação é entender como as trocas literárias presentes entre as duas províncias permitem pensar a construção de um sentimento regional e/ou nacional na segunda metade do século XIX.

5. CIÊNCIA E LETRAS NA TRAJETÓRIA DE PALMERIO CANTANHEDE NO MARANHÃO (1885-1903)

Dr.^a Mariza Pinheiro Bezerra (MAST/MCTI)

Na virada do século XX médicos e engenheiros atuaram na capital do Maranhão, São Luís, com um repertório sintonizado à microbiologia que vinha se impondo na medicina experimental e nas iniciativas institucionais em saúde pública. Entre esses, destaca-se o engenheiro maranhense Palmerio Cantanhede (1859-1907), autor de artigos na imprensa local e de uma obra densa intitulada “Saneamento das cidades e sua applicação à capital do Maranhão” (1903). Com base em sua vivência na Europa e Estados Unidos, o autor apresentou aquilo que considerava mais moderno na ciência sanitária e propôs aplicar novas medidas de enfrentamento da insalubridade em São Luís, aspirando que a capital alcançasse a “civilização”. O objetivo desta comunicação é analisar os escritos enciclopédicos e especializados do engenheiro, entendendo-os como produto de uma época importante para a História do Maranhão e pertencentes a um ideal de cidade perfeitamente organizada.

6. A LITERATURA DE ANTÔNIO MARQUES RODRIGUES NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E AFIRMAÇÃO DE SENTIDOS NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX NAS OBRAS TRES LYRAS, LIVRO DO Povo.

Graduanda Alda Eunice Reis Santos (UEMA)

O presente trabalho tem por objetivo analisar, a partir da obra O livro do Povo (1881) e Tres Lyras (1862) de Antonio Marques Rodrigues, as especificidades de uma identidade maranhense, à luz de uma construção de literatura própria do Maranhão no século XIX, que traz consigo sujeitos e suas representações, imbuídos nas manifestações culturais específicas da região, como o negro e o índio. Assim, a proposta perpassa por verificar através de singularidades e reflexos que compõem a construção desse espaço e das aproximações que essa leitura faz sobre a questão de raça e a representação dos sujeitos, do contexto social maranhense oitocentista, transmitindo seus movimentos e modos particulares, se fazendo presente nas transformações sociais, culturais e políticas do período vigente. Além de perceber a relação existente entre a narrativa de Antonio Marques Rodrigues e os elementos que constituem a afirmação de sentido e de

identidade regional propriamente maranhense, através dessas representações e particularidades no século XIX.

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 3 - ESCRAVIDÃO E IMPRENSA NO MARANHÃO
OITOCENTISTA**

Coordenador:

Dr. Josenildo de Jesus Pereira (UFMA)

1. IMPRENSA E HISTÓRIA: as representações da escravidão nas páginas do jornal O Conciliador de 1821 a 1823.

Mestrando Leonardo Barbosa Barros (UFMA)

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as representações da escravidão no jornal *O Conciliador* do Maranhão o primeiro jornal em circulação no Maranhão e o principal meio de comunicação do período, que funcionou entre os anos de 1821 a 1823 sendo encontrado atualmente digitalizado e disponível no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Dessa forma, pretende-se promover um debate sobre a utilização da fonte jornalística como instrumento de investigação histórica. Ao analisar as representações da escravidão no jornal impresso *O Conciliador* pretende-se entender os aspectos sociais em que viviam os escravizados e as formas de resistência que eles usavam. Almeja-se também, identificar o perfil dos escravos nas páginas do jornal. Para realização dessa pesquisa utiliza-se como campo de estudo a história social e cultural. Com esse trabalho, busca-se identificar as relações sociais e de poder nos discursos dos senhores de escravos presentes nas entrelinhas do impresso, assim entendendo a visão desses senhores sobre os cativos. Ao fazer a análise dos textos do periódico, são utilizados os anúncios de compra, venda leilões e fugas de escravos. Através desses anúncios é possível encontrar indícios sobre os escravizados e seus senhores. Uma parte importante desse trabalho é o estudo da representação social, que proporciona compreender a concepção que a sociedade maranhense do século XIX tinha sobre a escravidão, sendo presente nas relações sociais, opiniões, comportamentos dos indivíduos e seus valores. Assim, a representação social segundo Roger Chartier (2002) é o conjunto de crenças e ideias resultantes de um processo histórico de uma determinada sociedade.

2. VENDE-SE OU ALUGA-SE: o comércio de escravizados em jornais do Maranhão (1821-1831)

Dr.^a Cristiane Pinheiro Santos Jacinto (IFMA)

A mão de obra escravizada foi fundamental para o desenvolvimento das atividades econômicas no Maranhão. Indígenas e africanos atuaram como força motriz da economia colonial/imperial tendo estes últimos se consolidado como principal força de trabalho. Após o desembarque, fossem vindos diretamente dos portos africanos ou de brasileiros, os escravizados eram comercializados e enfrentariam a redefinição de suas vidas. Neste trabalho, analiso os anúncios encontrados nos jornais *O Conciliador* (1821-1823) e *O Farol Maranhense* (1827-1831), que circularam nas décadas iniciais do século XIX no Maranhão, com o intuito de visualizar aspectos da comercialização de escravizados nesse período.

3. PROJEÇÕES DA ORDEM PÚBLICA SOBRE O PODER SENHORIAL GRAVADAS NOS IMPRESSOS MARANHENSES (1850-1870)

Graduanda Beatriz Sousa Silva (UEMA)

No decorrer do século XIX, existiu uma crescente interferência do Estado na repressão e no controle de ações delituosas atribuídas aos escravos, trazendo assim a regulamentação da instituição escravista e da esfera de poder senhorial. Essa interferência não se legitimava somente pelas ações de autoridades oficiais, pois com a urbanização e estabelecimento gradativo da imprensa, foi criada uma “opinião pública” que de certa forma exerceu um nível de vigilância também sobre a instituição escravista. Havia a preocupação com a ordem pública, com a criminalidade e a repressão das “camadas perigosas”. Dependendo dos interesses em jogo, tais aparatos públicos eram utilizados para interesses particulares, “intrometendo-se” na relação senhor e escravo, com aquilo que julgassem mais oportuno para o controle e disciplina. Tendo em vista esses elementos, este trabalho pretende investigar, por meio dos impressos maranhenses (1850-1870), os diferentes usos da ordem pública em construção na relação entre o senhor e escravo.

4. PREPARAR PARA A LIBERDADE: a educação dos ingênuos sob o olhar do Diário do Maranhão (1871-1880)

Graduanda Gabrielly Pereira Araújo (UEMA)

Este trabalho analisa o debate empreendido no jornal Diário do Maranhão (1871-1880) acerca das propostas e ações no que se referem à educação dos ingênuos que, em virtude da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, eram considerados filhos livres de mulheres escravizadas. É primordial entender o contexto histórico do debate e aprovação da Lei de 1871. Apresentam-se as mudanças ocorridas no âmbito da legislação sobre a instrução pública, destacando as discussões relativas ao ensino dos ingênuos. A educação dos ingênuos levantou uma série de discussões, como é o caso dos Congressos Agrícolas de 1878, ocorridos no Rio de Janeiro e Pernambuco. A educação defendida no jornal maranhense era de caráter agrícola, que serviria como capacitação para a transição da mão de obra escrava para a livre, além de funcionar como um preparo, já que esses sujeitos traziam “vícios” do regime de cativeiros que poderia afetar o sossego público.

5. REPRESENTAÇÕES DOS LIBERTOS EM 13 DE MAIO NO JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO (1888 – 1898)

Mestrando Carlos André Colins dos Santos (UFMA)

Com a implementação da Lei Áurea, a escravidão teve fim em termos de legitimidade jurídica, no entanto, práticas e formas culturais não se desintegram por assinatura de lei. Entes oriundos das instituições escravistas permaneceram ou foram ressignificados mediante o ambiente do pós-abolição. No campo linguístico, as reminiscências de conceitos vislumbrados pela tradição escravista demonstravam a dimensão da escravização; nos periódicos, verdadeiras tribunas de análise da conjuntura social e política, estes termos demonstravam a experiência deste momento de transição. No espaço maranhense, o Diário do Maranhão se configurava como jornal de extrema importância, sendo que este veículo analisou temas referentes ao pós-emancipação maranhense. Diante da significativa ação do jornal Diário do Maranhão no imediato pós-emancipação, objetivamos compreender como este periódico representou os libertos pela Lei de 13 de maio.

6. PÓS ABOLIÇÃO A PARTIR DO JORNAL DIÁRIO DO MARANHÃO: Crise e Indenização

Graduado Samuel de Oliveira Sales

O trabalho é uma análise das manifestações de ex senhores de escravos, sociedade comercial e industrial maranhense encontradas no jornal Diário do Maranhão após a Abolição nos anos de 1888 e 1889. A pesquisa teve como objetivo analisar os discursos e contextualizar os posicionamentos, encontrados no periódico e comparar com a bibliografia maranhense e brasileira. Na análise foi encontrada dois posicionamentos. Um primeiro que afirmava que a extinção da escravidão o feito teria provocado uma crise imediata sobre a economia e a lavoura maranhense, o segundo foram intensos pedidos de indenização que seguiram posteriormente. O trabalho tem como principal referência a tese de doutorado do professor Josenildo Jesus Pereira intitulado “As representações da escravatura na imprensa jornalística no Maranhão na década de 1880”, além de outros pesquisadores da historiografia da Imprensa no Brasil e no Maranhão.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 4 - IMPRENSA NO MARANHÃO: DUZENTOS ANOS DE HISTÓRIA

Coordenador:

Dr. Marcos Fábio Belo Matos (UFMA)

1. O PAPEL DA IMPRENSA MARANHENSE NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA PROVÍNCIA EM TRANSE (1830-1850): o fim do tráfico de escravos e suas consequências sociais e econômicas no Maranhão Oitocentista

Ma. Esmênia Miranda Ferreira da Silva

A instalação da imprensa no Brasil se deu em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, onde instalou a Imprensa Régia. No Maranhão, a imprensa se estabeleceu com a instalação da Tipografia Nacional Maranhense, em 1821, que publicou o primeiro jornal maranhense - O Conciliador do Maranhão. Desde então, a imprensa, tal como no Rio de Janeiro, vivenciou a historicidade local, em seus múltiplos aspectos, sensivelmente ligado às discussões em voga nas primeiras décadas do século XIX, dentre elas, o fim do comércio de africanos para o Brasil, apresentada como prenúncio de uma crise na economia agroexportadora do Império. Nesse contexto,

a imprensa foi o meio difusor de ideias, e espaço de tensão e de lutas políticas decorrentes da necessidade de manutenção da estrutura social escravista. Daí a proposta de analisar como a imprensa maranhense se posicionou diante desse debate entre 1830 e 1850.

2. AS VIVÊNCIAS MUSICAIS E A IMPRENSA NO MARANHÃO OITOCENTISTA (1850 – 1900)

Doutorando João Costa Gouveia Neto (UFPA)

Os anos compreendidos entre 1850 e 1900 foram muito profícios em termos de discussões e mudanças políticas, econômicas e culturais em todo o mundo. No Brasil, em especial na capital do Maranhão, essas ideias tiveram como lugar privilegiado de divulgação e discussões a imprensa, em particular os jornais. Neles os ludovicensestinham acesso não somente aos pensamentos correntes, assim como das modas e ditames culturais relacionados às vivências musicais, tais como, espetáculos teatrais e musicais, concertos, aulas de música, venda de instrumentos musicais e partituras, crônicas sobre os espetáculos etc. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir as vivências musicais em São Luís, na segunda metade do século XIX, a partir das notícias e anúncios publicados na imprensa maranhense, relacionando-as ao movimento cultural que acontecia no Brasil e na Europa.

3. IMPRENSA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO MARANHÃO IMPERIAL: Sotero dos Reis e a polêmica N'A REVISTA sobre reformas da instrução pública

Doutorando Alexandre Ribeiro e Silva (USP)

O objetivo deste texto é explorar as relações entre imprensa e reformas educacionais no Maranhão oitocentista, debruçando-se, em particular, sobre a atuação do político, professor, latinista e jornalista Francisco Sotero dos Reis no jornal A Revista. Em fins de 1850, uma lei de instrução pública foi alvo de um artigo virulento saído naquele periódico. Sancionada em 28 de novembro de 1850, a Lei n. 282 tinha como objetivo revogar sua antecessora em termos de regulamentação da instrução pública na Província. Entrelaçando política, imprensa e instrução pública, o periódico servia-lhe de púlpito tanto para responder a ataques de opositores, quanto para lançar seus próprios golpes contra medidas parlamentares que lhe pareciam injustas, como, nesse caso, a revogação de uma legislação educacional. Sua contestação abrangia desde a tramitação

da lei até seu conteúdo final, destacando-se a exoneração de um grupo considerável de professores públicos em São Luís e no interior.

4. OS JORNAIS MARANHENSES E A GUERRA DO PARAGUAI 1865: Do discurso ao pragmatismo no alistamento militar.

Dr. Johny Santana de Araujo (UFPI)

A proposta desse trabalho é procurar identificar a contribuição dos jornais maranhenses no processo de arregimentação da população para a formação dos Corpos de Voluntários da Pátria, no ano de 1865, observando como se deu o processo de construção da propaganda via imprensa de São Luís, de que forma os discursos foram usados como mecanismos para o convencimento da população paralelo a campanha de alistamento estabelecido na Província do Maranhão o propósito era por meio da intensa propaganda criar um sentimento ideário de nacionalismo na guerra contra o Paraguai.

5. A IMPRENSA OITOCENTISTA E OS DISCURSOS SOBRE INSTRUÇÃO: uma análise do periódico Revista de Instrucção e Educação (1877 a 1878) no Maranhão

Mestranda Ana Carolina de Araujo Campos Moreira (UFMA)

Mestranda Gabriela Soares dos Santos (UFMA)

Este trabalho tem como objeto de estudo a Revista de Instrucção e Educação que circulou na província do Maranhão no século XIX. Baseia-se nossa problemática em entender em que medida os discursos produzidos no periódico contribuíram para a construção do imaginário sobre a escola e a educação no século XIX. Tenciona-se identificar as concepções de instrução e educação registradas no impresso e entender o lugar dessa revista no quadro da história e da historiografia sobre a imprensa pedagógica no Império e na Província do Maranhão. Sustenta-se nos aportes teóricos metodológicos da História Cultural, e também na análise metodológica de impressos proposta por Zicman (1985). Constatou-se que havia uma função civilizatória e que estava fortemente associada à moral e família, revelando uma marca acentuada da religião católica.

6. RETRATOS À REMBRANDT: Hygino Soares e o comércio de fotografias no Maranhão oitocentista

Dr. Eloy Barbosa de Abreu (UEMA)

Graduanda Igênia Moraes Silva Gomes (UEMA)

O que há por trás de um retrato fotográfico do final do século XIX? O que há por trás dos olhos de quem o produziu? Essas são questões que a fotografia como arte e artefato despertam quando nos deparamos com ela. Partindo dessas indagações, o presente artigo objetiva compreender a produção e o comércio de fotografias nas últimas três décadas do século XIX no Maranhão. Para isso, analisaremos a arte fotográfica de Hygino Soares, um dos fotógrafos de destaque na imprensa local por produzir retratos à Rembrandt. Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos fontes hemerográficas, imagens e manuscritos notariais do século XIX, consultados na Biblioteca Nacional Digital e no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Por último, tomamos como referencial teórico o vasto campo de produção sobre a história da fotografia que advém do seu uso como fonte e objeto da história.

7. IMPRENSA MARANHENSE NO LIMIAR DO SÉCULO XX

Dr. Marcos Fabio Belo Matos (UFMA)

Este artigo apresenta um panorama da trajetória da imprensa no Maranhão, qualificando suas principais etapas, centrando-se no período finissecular, em que a imprensa adquire uma característica mais afeita ao que se convencionou chamar de imprensa industrial/grande imprensa. A pesquisa foi feita a partir de um levantamento bibliográfico e documental. Como resultados, observa-se que a imprensa maranhense no limiar do século XX, além de apresentar características mais profissionalizadas, também funcionou como divulgadora das notícias e das ideias da modernidade, que então se espalhava pelo país, tendo como epicentro a capital da recém-instituída república: o Rio de Janeiro.

8. A IMPRENSA CATÓLICA NO MARANHÃO ENTRE OS ANOS 1930-1940

Dr.^a Mirian Ribeiro Reis

O presente trabalho busca tratar sobre a presença da imprensa de cunho católico no Maranhão na conjuntura dos anos 30 e 40 do século XX. O objetivo da análise é compreender os objetivos da Igreja Católica local ao investir na criação ou consolidação

desse tipo de impresso, as diretrizes que nortearam a criação desses jornais e a base ideológica que perpassavam os discursos reproduzidos nessas “folhas”. Parte-se da premissa que os jornais católicos foram importantes meios de atuação política da Igreja nos anos conhecidos como “Era Vargas”, visando um reposicionamento oficial do catolicismo juntos aos centros de poderes políticos ao mesmo tempo em que buscava nortear a manutenção de uma sociedade calcada na moral e disciplina religiosa.

9. MARIA CELESTE: rastros de fogo sobre as águas

Graduando Diogo Azoubel (PUC-SP)

Qual a natureza da cobertura fotojornalística do incêndio e sucessivas explosões do navio cargueiro Maria Celeste, na costa maranhense, a partir de 16 de março de 1954? Essa é a questão norteadora nesta investida, articulada historicamente a partir da revisão de literatura e da análise de periódicos impressos e circulados na Capital Maranhense durante a segunda quinzena daquele fatídico mês. Articulada em argumentos sobre a materialidade dos próprios objetos empíricos, a discussão se dá qualquantitativamente. O olhar epistemológico, por sua vez, congrega conceitos de áreas afins, como Arte, Ciências Sociais, Fotografia, História e Jornalismo a partir das semióticas como eixo fundante.

10. A IMPRENSA MARANHENSE E A CASSAÇÃO DE MANDATOS PARLAMENTARES NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 1964

Dr. Allan Kardec Barros (UFMA)

Mestrando Salvio Dino de Castro e Costa Junior (CEUMA)

O presente trabalho celebra os duzentos anos da imprensa escrita do Maranhão, focando a cobertura jornalística ocorrida no decorrer do ano de 1964 em torno da cassação dos mandatos parlamentares dos deputados estaduais Sálvio Dino e Benedito Buzar, em abril de 1964. Busca, ainda, uma reflexão sobre as posturas revisionistas da história a respeito do golpe civil-militar, demonstrando a inequívoca ruptura com a ordem constitucional então vigente. Reafirma compromissos éticos para que a história não seja esquecida e nem repetida, apontando para a defesa da democracia sempre.

11. “LÍDER MÁXIMO”: REPRESENTAÇÕES DO NARCOTRÁFICO COLOMBIANO EM JORNais MARANHENSES E A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE AS DROGAS NA DÉCADA DE 1980

Mestranda Laura Santos Botelho (UFMA)

Este trabalho analisa como as representações do narcotráfico e do seu principal “líder”, Pablo Escobar, se tornaram um ponto chave para os jornais maranhenses através da abordagem do jornal O Estado do Maranhão que destaca a Colômbia em “guerra contra os traficantes” entre 1984 e 1993. Apuramos que Pablo Escobar aparece nos jornais como “um dos líderes do Cartel”, “líder máximo”, “mandante”, “chefe” e tendo como principal pauta a questão da extradição. As disputas e conflitos que permeiam os discursos veiculados no periódico nos leva a questionar os lugares ocupados pelos sujeitos relacionados ao narcotráfico. Assim, propomos apontar como a construção das identidades e narrativas forjadas na imprensa da época contribuíram para o surgimento de representações e de um imaginário social sobre a colômbia. A abordagem crítica dos discursos oficiais do período publicados nos jornais pode tornar visível o significado político e representativo da “guerra às drogas” nas Américas.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 5 - “PORTUGUESES” E “BRASILEIROS” NA IMPRENSA DOS OITOCENTOS

Coordenadores:

Dr. Marcelo Cheche Galves (UEMA)

Dr. Roni César Andrade de Araújo (UFMA)

1. "NOVOS ATORES, VELHOS PROBLEMAS: A Questão da Cidadania na Imprensa do Maranhão (1826-1829)"

Dr. Roni César Andrade de Araújo (UFMA)

Após a saída de Manuel Teles da Silva Lobo, em julho de 1825, que havia sido eleito deputado à Câmara no Rio de Janeiro, assumiu interinamente o governo do Maranhão Patrício José de Almeida e Silva, cuja posse se deu em meio a um cenário ainda um tanto incerto. Há pouco Pedro José da Costa Barros havia sido enviado à força para o Pará, quando Cochrane se recusou a lhe dar posse. É a partir do governo interino de Patrício de Almeida que se percebe a, já em curso, mudança do cenário que começava a se tornar menos hostil aos cidadãos brasileiros nascidos na Europa. Quando do retorno de Costa Barros à província e sua consequente posse, no final de agosto de 1825,

reacende-se a chama dos debates impressos em torno da questão "brasileiros" x "portugueses". Mesmo depois de findo aquele governo, em 1827, já durante a presidência de Manoel da Costa Pinto (1828-1829), a imprensa foi palco das disputas narrativas em torno das inclinações "portuguesas" destes dois presidentes.

2. UMA NAÇÃO EM DEBATE: as narrativas da imprensa do Reino do Brasil sobre o movimento do "Fico"

Doutorando Arthur Ferreira Reis (UFES)

O início do oitocentos brasileiro foi marcado por uma intensa disputa entre diferentes projetos políticos. Embalados pelas modificações decorrentes da Revolução do Porto, uma série de jornais surgiram no então Reino do Brasil, cada um servindo a um propósito e com expectativas diferentes. No decorrer do que culminaria no processo de independência, um fato em especial agitou a cena pública. A polêmica a respeito do retorno ou não do príncipe regente Pedro estimulou uma interessante peleja entre periódicos maranhenses, pernambucanos, baianos e fluminenses. Tendo em vista esse contexto, esse trabalho busca explorar o debate de forma a compreender como esse acontecimento alavancou uma rivalidade movida por diferentes projetos políticos, bem como entender como o debate serviu de espaço de consolidação e exposição de identidades políticas que, no decorrer de 1822, se consolidariam na polarização brasileiros x portugueses.

3. NEGOCIANTES "PORTUGUESES" NAS PÁGINAS DE O CONCILIADOR (1821-1823)

Graduanda Lorrane Costa Ribeiro (UEMA)

O período pós-Independência instaurou no Maranhão uma conjuntura até então não vivenciada pelos sujeitos politicamente considerados como "portugueses". Outrora ocupantes de espaços de prestígio, os "portugueses" assistiram a uma gradual obliteração de suas posições políticas e socioeconômicas, amplificadas, especialmente, pelos sequestros de bens estabelecidos por D. Pedro I ainda no período das chamadas guerras de Independência; dentre aqueles afetados pelos sequestros, encontra-se o grupo dos negociantes. O presente trabalho objetiva demonstrar, por meio do periódico *O Conciliador* (1821-1823), aspectos das atividades políticas e econômicas dos negociantes "portugueses" da província registrados nas páginas do jornal, que

acumulariam prejuízos com as guerras de Independência e que futuramente recorreriam à Comissão Mista Brasil-Portugal com o intuito de recuperarem (ou obterem o ressarcimento) seus bens sequestrados. Com relação aos negociantes, o enfoque recai sobre aqueles pertencentes ao Corpo de Comércio do Maranhão, esfera em que os homens de negócio eram representados.

4. "BRASILEIROS" E "PORTUGUESES" NAS PÁGINAS DO ARGOS DA LEI (1825) E DE O CENSOR (1825)

Graduanda Júlia Maria Corrêa Lima e Silva (UEMA)

Os primeiros anos após a Independência foram marcados por disputas que podem ser compreendidas a partir das noções de “brasileiros” e “portugueses”, construídas politicamente em um contexto de reconfiguração do poder político e de construção do Estado Nacional. Nessa conjuntura, os dois grupos buscavam se integrar a nova ordem, suscitando debates em torno dos direitos e garantias constitucionais. Este trabalho tem o objetivo de analisar os embates ocorridos entre “brasileiros” e “portugueses” na província do Maranhão, por meio dos registros produzidos pelos jornais Argos da Lei e O Censor, em 1825. À luz da Constituição de 1824, os dois periódicos participavam das disputas pelo espaço público. O trabalho tem foco na participação de negociantes do Corpo de Comércio do Maranhão (considerados como “portugueses” e vinculados à antiga administração) nas dinâmicas provinciais, possível de ser inferida através dos jornais.

5. RECLAMANTES DO CORPO DE COMÉRCIO DO MARANHÃO NO O AMIGO DO HOMEM (1827)

Graduanda Simone Lara Alves Sampaio (UEMA)

O período de pós- Independência foi marcadamente composto por conflitos que envolviam interesses por parte daqueles que eram considerados “portugueses” e “brasileiros”, noções essas que foram construídas em uma nova configuração política e econômica, na qual buscavam se inserir em debates que pudesse englobar suas demandas, próprias daquele momento de reorganização política da província. Este trabalho tem o objetivo de analisar os conflitos do processo de pós- Independência entre “portugueses” e “brasileiros” na província do Maranhão, através de dados coletados do jornal O Amigo do Homem, em 1827. O trabalho visa compreender a atuação dos

negociantes do Corpo de Comércio do Maranhão e suas atividades referentes às dinâmicas da província na nova conjuntura da construção do Estado Nacional.

6. “PORTUGUESES” E “BRASILEIROS” NO MARANHÃO DO PRIMEIRO REINADO

Dr. Marcelo Cheche Galves (UEMA)

Em setembro de 1823, pouco mais de um mês após a incorporação do Maranhão ao Império do Brasil, uma Câmara Geral reunida em São Luís decidiu pela demissão, prisão ou expulsão de alguns “portugueses”, considerados como “nocivos” à província do Maranhão. Desde então e até, pelo menos, a Setembrada, movimento de forte caráter antilusitano que eclodiu em 1831, a “questão dos portugueses” (e, por consequência, dos “brasileiros”) ocupou lugar central do debate político referenciado no Maranhão. Para os propósitos dessa apresentação, o objetivo é explorar os contornos desta discussão em jornais e folhetos que circularam à época, com ênfase naqueles impressos na província do Maranhão.

7. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NA IMPRENSA DO MARANHÃO NO FINAL DO PRIMEIRO REINADO, A PARTIR DO JORNAL FAROL MARANHENSE (1829-1830)

Graduando Gustavo Sousa Silva (UFMA)

Este relatório tem como intuito colocar em discussão a formação da identidade nacional na província do Maranhão, a partir dos conflitos entre “brasileiros” e “portugueses” usando como fonte o periódico Farol Maranhense. Analisando as fontes jornalísticas buscando compreender os conflitos políticos que se perpetuaram na província durante o final do Primeiro Reinado e podem ser percebidos nas disputas de cargos públicos, no debate político e na opinião pública fazendo assim a distinção entre os grupos políticos classificados de "brasileiros" e "portugueses". Seguindo a visão do redator do Farol Maranhense José Cândido de Moraes e Silva, compreendendo as nuances de um debate público/político que coloca em pauta constitucionalismo, liberalismo e absolutismo, elementos que compõem os conflitos identitários que envolveram os grupos denominados de “brasileiros” e “portugueses”, e que interagem em um contexto complexo.

8. A TENSÃO PELA DEFINIÇÃO DA CIDADANIA NO ESPAÇO POLÍTICO-SOCIAL DO MARANHÃO, ENTRE BRASILEIROS E PORTUGUESES, A PARTIR DAS DISCUSSÕES FEITAS NO JORNAL ECHO DO NORTE NO ANO DE 1834

Graduando Luiz Fernando de Jesus Silva (UFMA)

Diante das disputas travadas através das páginas dos jornais, onde os grupos políticos debatem seus interesses e ao mesmo tempo travam as suas lutas, a análise das páginas dos periódicos se torna necessária uma vez que o jornal se torna objeto de pesquisa. Sabendo que a imprensa maranhense atuou ativamente nos debates políticos e de poder o presente trabalho tem como objetivo analisar as questões como: empregos, violência, e os debates em torno de cidadania, constitucionalidade, centralização e descentralização, federalismo, unitarismo e construção da identidade nacional; e analisar a relação entre as mudanças de poder no sistema regencial do Brasil e os impactos nos embates entre “conservadores” e “liberais” na província do Maranhão no ano de 1834 através das páginas do periódico Echo do Norte.

9. POLÍTICA, NAÇÃO E CONSTITUCIONALISMO NAS PÁGINAS DO O BRASILEIRO (1830)

Graduando Willian Paz da Silva (UFMA)

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a pesquisa feita através da leitura e análise da primeira fase (1830) do periódico “O Brasileiro” que circulou na província do Maranhão nos anos de 1830 e 1832, tendo como redator Antônio de Lemos. Por meio da leitura das páginas do jornal, vamos desenvolver um entendimento da situação da província na época, como também várias outras características da mesma. Portanto, no decorrer da apresentação vai ser desenvolvido mais acerca de alguns assuntos sobre o período, como o conceito da identidade como brasileiro, o que definia uma pessoa como brasileiro, e os conflitos entre os então considerados brasileiros e os portugueses naquele momento. Pretendo também explorar assuntos acerca da situação política da província do Maranhão, encontrados durante a leitura do periódico.

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 7 - IMPRENSA, IMAGINÁRIO FEMININO E
EDUCAÇÃO**

Coordenadora:

Dr.^a Elizabeth Sousa Abrantes (UEMA)

1. ASSISTÊNCIA E CARIDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO ÀS MULHERES DESVALIDAS (1850 - 1880)

Mestrando Denilson Costa Pinheiro (UEMA)

A Santa Casa de Misericórdia foi uma instituição de caridade que tinha como objetivo dar assistência aos desvalidos, pobres, doentes, presos, crianças abandonadas e mulheres. Neste trabalho faremos um estudo sobre a assistência prestada às jovens desvalidas da Casa dos Expostos, estabelecimento em que se abandonavam crianças devido a problemas morais, sociais e econômicos que suas mães enfrentavam. Além da assistência com a criação e educação dos expostos, as Misericórdias os ajudavam de diversas formas, enviando-lhes a casas de família onde pudessem aprender um ofício ou para instituições militares, no caso dos meninos. Já as meninas, tinham como possibilidade o casamento, prestação de serviços domésticos, emprego nas escolas públicas, como professoras ou eram encaminhadas para recolhimentos. Essa assistência prestada às mulheres desvalidas objetivava livrá-las da miséria e da prostituição, e ao longo do século XIX a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão também teve esse papel assistencial às desvalidas. Portanto, este trabalho busca compreender como foi essa atuação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão junto às meninas órfãs e mulheres desvalidas no período de 1850 a 1880, e para isso utilizaremos fontes de imprensa que nos ajudarão a entender a assistência prestada a esse segmento da sociedade maranhense, a organização dos seus estabelecimentos e o momento de crise financeira e administrativa que essa instituição passou. Além disso, utilizaremos artigos referentes à condição feminina publicados nos jornais do período oitocentista, que expressam a opinião da sociedade a certos costumes, regras e valores sobre as mulheres do século XIX.

2. “O GÊNIO NÃO TEM SEXO”: um outro olhar acerca da educação feminina (1875-1876)

Mestranda Marliane Porfirio da Silva (UFRN)

Dr.^a Kilza Fernanda Moreira de Viveiros (UFRN)

O presente trabalho se fundamenta pela análise documental em torno da educação feminina através do jornal *O Iris: Periodico Bi-Mensal dedicado ao Sexo Feminino* (1875-1876), veiculado no município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. O suporte teórico-metodológico desta pesquisa se firma na perspectiva da História Cultural, para que dessa forma nos possibilite caminhar por outros olhares, transcendendo o conteúdo presente nas fontes de publicações oficiais do período. O acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi o recurso encontrado para dar subsídio necessário ao desenvolvimento desta pesquisa, buscamos também apoio na análise bibliográfica dos escritos de (CHARTIER 2002), MORAIS (1996), (PERROT, 2005) e PRIORE (2004) para fundamentar as discussões, nos fazer compreender e dialogar sobre como as representações acerca da educação feminina circulavam na sociedade oitocentista, problematizando e evidenciando os avanços e retrocessos que sempre fizeram parte da história das mulheres, principalmente sua introdução no mundo das letras.

3. A EDUCAÇÃO FEMININA NA IMPRENSA MARANHENSE DO FINAL DO SÉCULO XIX

Dr.^a Elizabeth Sousa Abrantes (UEMA)

A imprensa foi um canal importante nos debates sobre a educação feminina, especialmente os periódicos e obras literárias destinadas ao público feminino. Esta comunicação aborda os discursos destinados às mulheres, muitos deles em forma de conselhos, que enfatizavam a educação ideal para as jovens, com referência à chamada “natureza feminina” e a vocação da mulher para amar e ser amada, sendo necessário o “adorno da inteligência”. Sendo assim, o objetivo da reforma na educação feminina, defendida na imprensa, era preparar a mulher para o casamento, com uma instrução capaz de torná-la a mãe educadora segundo as novas exigências da sociedade que se modernizava, sem que isso propiciasse uma possível emancipação feminina.

4. A IMPRENSA MARANHENSE COMO FONTE HISTÓRICA: possibilidades investigativas sobre os rastros de Maria Firmina dos Reis (1860 – 1911)

Doutoranda Natália Lopes de Souza (UFJF)

O presente trabalho faz parte de uma das discussões presentes da dissertação de mestrado já defendida e ainda não publicada intitulada “Uma senhora maranhense que cultiva as belas letras: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911)”. Nesse curto artigo, nos propomos discutir, a partir da imprensa como fonte histórica, a estreia e inserção de Maria Firmina dos Reis (1822 – 1917) na imprensa maranhense dos anos 1860. Tal década merece uma análise acurada, haja vista que foi o período de em que a autora buscou construir para si uma carreira literária. A intenção aqui é ter apenas a imprensa maranhense como foi condutor para evidenciar as possibilidades analíticas, da fonte histórica impressa, ao investigarmos os rastros de Maria Firmina dos Reis.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 8 - DEMOCRACIA LATINO-AMERICANA EM DEBATE: REFLEXÕES NA INTERFACE DE ESTADOS, PARTIDOS POLÍTICOS, ORGANIZAÇÕES CULTURAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS (XIX-XX-XXI)

Coordenadores:

Prof.^a Dr.^a Carine Dalmás (UEMA)

Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson (UFMA)

1. A REVOLUÇÃO CUBANA NO JORNAL DO Povo (1959-1964)

Graduanda Larissa Ferreira Ribeiro (UEMA)

O trabalho faz parte do projeto coordenado pela Prof.^a Dr.^a Carine Dalmás, intitulado O Jornal do Povo, Neiva Moreira e as Américas, que procura estudar temas concernentes à História das Américas a partir da imprensa maranhense. O plano de trabalho tem como objetivo analisar o posicionamento do Jornal do Povo e de seu diretor Neiva Moreira, sobre a Revolução Cubana (1959) e seus desdobramentos até 1964, ano em que o jornal encerrou suas atividades. Nesse sentido, para a pesquisa foi feito um levantamento documental do Jornal do Povo, em textos que estão divididos entre reportagens dos redatores, editoriais e concepções de intelectuais. José Guimarães Neiva Moreira, mais conhecido como Neiva Moreira, dirigiu o Jornal do Povo que circulou no Maranhão de

1950 a 1964, atribuindo-lhe uma linha editorial crítica ao coronelismo do Senador Vitorino de Brito Freire e, sendo assim, apresentou o periódico como resistência a qualquer tipo de opressão social. Para Moreira (1989), nas décadas de 60 e 70 do século XX, a conjuntura de muitos países latino-americanos sofrera com regimes militares em que os Estados Unidos apoiaram ditadores e regimes que defenderam seus interesses imperialistas na América Latina de forma aberta ou não, apoiando os golpes.

2. RELAÇÕES INTERAMERICANAS E GUERRA FRIA NO JORNAL DO POVO (1950-1954)

Graduanda Karina Viana de Freitas (UEMA)

A comunicação tem o intuito de discorrer sobre as ações da política externa dos Estados Unidos frente a América Latina e seus impactos sociais, políticos e culturais usando como fonte o Jornal do Povo, cujo proprietário era o Neiva Moreira. Será exposto as considerações iniciais sobre o mesmo, pois é fruto de uma pesquisa que encontrasse em andamento.

3. O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO CHILENO NAS PÁGINAS DE O ESTADO DO MARANHÃO

Mestrando Rafael Alves Nunes Neto (UEMA)

Ao longo de 17 anos o Chile vivenciou um regime ditatorial liderado pelo Gal. Pinochet. A partir de um violento golpe de estado se inicia um nebuloso regime no qual impõe ao povo chileno drásticas mudanças econômicas e sociais, sobretudo através de sistêmicas violações aos direitos humanos. Os anos finais da década de 80 marcam o esgotamento e manifestações populares com o intuito de findar a ditadura de Pinochet, a vitória do "No" no ano de 1988 marca o fim da ditadura, concretizada em 1990 com a posse de Patricio Aylwin para presidente do Chile. Essa comunicação apresentará como o impresso Estado do Maranhão noticiou esses eventos à sociedade maranhense à época.

4. A LEI SARNEY DE TERRAS E A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUL DO MARANHÃO (1970-1990): Uma análise bibliográfica sobre o processo.

Mestrando Victor Sallas Garcês Lima (UEMA)

Os estudos históricos referentes às questões agrárias no Brasil, em sua maioria, tratam dos problemas sociais no campo que resultaram a partir do processo de concentração

fundiária. Essa premissa parece ser unânime entre os historiadores, pois desde o período colonial o Brasil apresenta graves problemas de concentração de terras nas mãos de poucos. No Estado do Maranhão esse processo de concentração fundiária mostrou-se extremamente ativo, fator que liga o Maranhão ao contexto desenvolvido em grande parte do território nacional. Contudo, essa análise, para que se desenvolva uma pesquisa mais completa, precisa ser feita do contexto regional para a perspectiva nacional. Desse modo, este trabalho preocupasse em discutir a partir de já bibliografias existentes referentes ao processo de divisão fundiária que se instalou nas regiões do sul maranhense após a implementação da Lei Nº 2.979, de 17 de junho de 1969, batizada pelos movimentos sociais como Lei Sarney de Terras.

5. O LEGADO DAS OPOSIÇÕES COLIGADAS NA CONSTRUÇÃO DE CONSENSO EM TORNO DO PROJETO EMPRESARIAL-MILITAR NO MARANHÃO

Me. Paulo Leandro da Costa Moraes Mendes

As mudanças político partidárias pelas quais passa o Maranhão com a instauração do bipartidarismo (1965), elemento fundamental da estrutura estatal da ditadura empresarial-militar se inserem em processo histórico que marcou a década de 1950 no estado, a saber: as disputas entre vitorinistas e oposicionistas. Dito de outro modo, para compreender a conjuntura em que se conformam as relações governo/oposição e que legitimaram as transformações no interior do Estado restrito é necessária uma análise da criação das chamadas “Oposições Coligadas” e da utilização de seu legado como elemento fundamental na construção de consenso em torno de projetos mais alinhados com os governos militares. Logo, a presença majoritária do partido situacionista (Aliança Renovadora Nacional) durante todo o período de sua existência (1966-1979) no Maranhão é fruto de dois processos concomitantes: a conjuntura partidária preeexistente e o sistema político-eleitoral construído pela regime empresarial-militar.

6. O DIABO NA RUA, NO MEIO DO REDEMOINHO: fagulhas do fenômeno banditismo social na revolta dos balaios.

Graduando Carlos Vicente Moraes dos Santos (UFPI)

O presente trabalho propõe-se a analisar a Balaiada através do conceito de banditismo social de Eric Hobsbawm (2021). Busca-se, relacionando a Balaiada (1838 – 1841) com

o Período Regencial (1831-1840), e enfatizando as dinâmicas entre os poderes centrais, os poderes locais e as forças dos revoltosos, responder se alguns aspectos da luta dos balaios se encaixam no conceito de banditismo social. Durante o Período Regencial, marcado por uma grande instabilidade política, as elites (locais e centrais) entram em conflito para deslocar o poder a seu favor. Nas províncias do Maranhão e do Piauí, as camadas populares estavam constantemente submetidas às adversidades naturais e à dominação das elites locais. Tais cenários, marcados pela fome, pela interferência do poder central na dinâmica do poder local e, sobretudo, pelo poder debilitado, aponta Hobsbawm (2021), são férteis para epidemias de banditismo. Nessa esteira, o trabalho aqui proposto pretende evidenciar essas fagulhas de banditismo social na Balaiada.

7. O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: uma análise a aplicabilidade da lei 10.639/03 nas escolas de ensino médio em Marabá/PA

Doutorando Francisco de Assis Cruz da Silva (PUC-RS)

A presente proposta problematiza o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira baseado na Lei 10.639/03, no tocante as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da aplicabilidade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Observa-se os efeitos, avanços e desafios para efetivação da referida lei. A análise, se baseia nos Estudos Decoloniais. Trata-se de uma busca pelo direito à diferença e a uma abertura para um pensamento-outro. O outro aqui se refere ao afro-brasileiro que tem a Lei 10.639/2003 – como seu lugar de fala, dispositivo legal, constitucionalmente mais expressivo que representa um marco político, epistemológico e pedagógico para a educação brasileira, uma vez que instituiu a cosmovisão afro-brasileira, africana como conhecimentos necessários para a formação dos/as sujeitos/as brasileiros/as.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 9 - HISTÓRIA DO MARANHÃO REPUBLICANO
POR MEIO DA IMPRENSA

Coordenadores:

Doutorando Manoel Afonso Ferreira Cunha (UEMA)

Doutorando Werbeth Serejo Belo (UEMA e Ceis20/UC)

1. ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM SÃO LUÍS NO SÉCULO XIX

Graduanda Itamiris Cantanhede e Cantanhede (UEMA)

Este trabalho tem por objetivo utilizar a imprensa maranhense como fonte para a análise do contexto histórico e social durante a urbanização de São Luís no século XIX. Nesse período, a cidade carecia de serviços públicos essenciais, como iluminação, água encanada, transporte e rede de esgoto. A ausência dessa infraestrutura básica contribuía para o cenário de um lugar desagradável e favorável à proliferação de doenças. Foi somente após o projeto de urbanização, iniciado no Oitocentos, que a cidade de São Luís passou por uma reformulação em seu espaço citadino. Assim, ruas, praças e demais ambientes comunitários passaram por alterações em sua infraestrutura. Dessa maneira, os jornais registraram estas mudanças urbanas, seja por meio de notas ou reclamações sobre os serviços ofertados. Logo, serão estes os indícios analisados para compreender parte do processo de urbanização ludovicense no século XIX.

2. A HISTÓRIA DO MARANHÃO POR BARBOSA DE GODÓIS: embates intelectuais nos jornais de São Luís no inicio do século XX

Dr.^a Dayse Marinho Martins (UFMA)

Abordagem sobre o protagonismo do intelectual Antonio Baptista Barbosa de Godóis na constituição da História do Maranhão como disciplina escolar. O estudo objetiva analisar os embates intelectuais acerca da obra “História do Maranhão” para uso dos alunos da Escola Normal. Nesse sentido, destacam-se as reações dos intelectuais maranhenses e professores de História, Domingos Américo e Manoel Jansen Ferreira, apresentadas no Jornal A Pacotilha, bem como, do Sr. Antonio Lobo, na Coluna Doses de Crítica do jornal Diário do Maranhão, entre os anos de 1904 e 1911. A análise se fundamenta nas contribuições da História Cultural, da História das disciplinas escolares de Ivor Goodson, considerando o conceito de tradição inventada por Hobsbawm e Ranger. Assim, englobou exemplares digitalizados dos referidos jornais, obtidos no

acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A pesquisa evidenciou o papel dos intelectuais na interpretação da memória e da história local.

3. A IMPRENSA E OS HOMOSSEXUAIS NO MARANHÃO REPUBLICANO (1964-1985)

Mestrando Jefferson Maciel Lira (UEMA)

Este trabalho tem por objetivo principal apresentar, através do uso de jornais durante o período da Ditadura Empresarial Militar Brasileira, as especificidades dos indivíduos homossexuais e suas experiências no Maranhão e apontar de que maneira esses impressos discursavam sobre suas sociabilidades. Apresenta, portanto, como a imprensa pode construir consensos que se tornem ferramentas reguladoras da moral e práticas sociais desses indivíduos.

4. AS PRÁTICAS NEOLIBERAIS NO MARANHÃO: a conjuntura do governo de Roseana Sarney de 1995 a 1998 na imprensa maranhense.

Me. Josieuder Silva Pereira

Roseana Murad Sarney, se torna a primeira mulher a governar o Maranhão a partir de 1995. Anos antes já tinha sido deputa federal pelo Maranhão e também é filha de um grande político do Maranhão, o ex-presidente José Sarney. As práticas neoliberais no Brasil começaram a ser implementadas nos primeiros anos da década de noventa, durante o governo presidencialista de Fernando Collor de Melo. E tal política econômica foi consolidada no decorrer da década, sobretudo, na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso, encabeçando inúmeras desestatizações. Atrelado a isso, Roseana Sarney, também implementa em âmbito estadual as práticas neoliberais. Tal discurso é enfatizado no jornal o Estado do Maranhão (jornal comprado em 1973 por José Sarney) e o jornal Pequeno (jornal fundado em 1953 e contrário ao governo Sarney). Portanto, esse trabalho é construído em três momentos, com objetivos interligados. No primeiro momento é feita uma discussão da introdução do neoliberalismo no Brasil, com ênfase nos governos do “Fernandos” e suas sucessivas privatizações. No segundo momento é feito uma construção histórica conjuntural das medidas adotadas pelo governo de Roseana Sarney (1995-1998), sobretudo, as práticas neoliberais em seu governo. E por último uma análise documental feita a partir dos jornais o Estado do Maranhão e jornal Pequeno sobre as pautas neoliberais discutidas no

governo de Roseana Sarney, apresentando os posicionamentos dos respectivos impressos maranhenses.

5. “MARANHÃO NOVO” E SUAS FACETAS: o papel da imprensa na hegemonia governamental de José Sarney

Ma. Raíssa Caroline Macau Mendes

A imprensa exerce um papel fundamental nas organizações políticas, econômicas e sociais na sociedade. No governo estadual de José Sarney não foi diferente, pois a imprensa sinalizou os “novos” ordenamentos políticos e as “novas” práticas de poder. Nesse sentido, a hegemonia política de Sarney teve um reforço significativo: os jornais. Assim, este trabalho tem como principal objetivo analisar o papel da imprensa, como aparelho privado de hegemonia, na organização política no Maranhão, a hegemonia do governo estadual de José Sarney e as formas abordadas pela imprensa na configuração da oligarquia Sarneísta e seus sustentáculos.

6. ENTRE A DITADURA E A DEMOCRACIA: A Transição Política Brasileira nas páginas dos jornais maranhenses (1974-1990)

Mestrando Marcos Paulo Teixeira (UEMA)

Entre os governos de Ernesto Geisel e José Sarney, o Brasil vivenciou um momento de mudança na estrutura do Estado, os generais ditadores começaram um projeto de passagem do poder para as mãos dos civis. No governo de Ernesto Geisel vemos como projeto a necessidade da ditadura em instituir um projeto de Estado forte, chamado de Distensão. Na presidência de Figueiredo temos a necessidade de uma liberalização maior em virtude das próprias dinâmicas da sociedade, a abertura política permitiu que vários atores da sociedade civil participassem do processo. No período de José Sarney observa-se a preparação para o fim da tutela dos militares e passagem por completo aos civis, culminando com o processo eleitoral de 1989. O que proponho no presente trabalho é o aprofundamento do tema, problematizando os distintos projetos de disputa de poder sobre a Transição Política Brasileira por meio da imprensa maranhense.

7. IMPRENSA MARANHENSE E REPÚBLICA: o governo João Goulart a partir dos jornais *O Imparcial* e *Jornal Pequeno*

Doutorando Manoel Afonso Ferreira Cunha (UEMA)

O presente trabalho tem como objetivo analisar o posicionamento institucional dos jornais *O Imparcial* e *Jornal Pequeno* com relação aos principais eventos históricos ocorridos durante o governo João Goulart. Inserido no campo historiográfico de análises relativas ao contexto republicano, esta pesquisa procura refletir sobre a ressonância dos principais processos políticos e econômicos verificados no governo João Goulart sob a ótica dos veículos de comunicação locais, levando em consideração a importância da imprensa escrita na construção de consensos e dissensos dentro da sociedade civil.

8. ENSINO DE HISTÓRIA E USO DOS JORNAIS: o processo de elaboração do dicionário histórico-biográfico do Maranhão Contemporâneo

Doutorando Werbeth Serejo Belo (UC - UEMA)

A mediação entre o conhecimento produzido sobre o Maranhão na academia e o saber escolar é de fundamental importância para a criação de consciência histórica, concebendo-se, assim, a elaboração de produtos educacionais de extrema relevância. Desse modo, tem-se como eixo das reflexões para este trabalho o processo de elaboração do Dicionário Histórico-Biográfico da Classe Dominante Maranhense entre os anos de 1930 e 2014, sendo entendido como ferramenta importante para a mediação didática acerca dos estudos do Maranhão Contemporâneo. Como parte do seu processo de elaboração pensa-se a utilização de jornais locais por se entender os impressos como fonte privilegiada para as diversas análises históricas. Assim, o objetivo central deste trabalho é apresentar a utilização dos impressos como fonte/objeto de análises para a elaboração do produto educacional supracitado a partir do arcabouço teórico gramsciano, bem como a partir de discussões metodológicas sobre o uso dos impressos na disciplina histórica.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12 - IMPRENSA LUSO-BRASILEIRA: DO ESTADO NOVO À DEMOCRACIA

Coordenadoras:

Doutoranda Priscilla Piccolo Neves (Ceis20/UC)

Doutoranda Joyce Cristine Silva Lopes (PPGHIST/UEMA)

1. ESTADO E HEGEMONIA: a transição política em Portugal e a reforma agrária através dos jornais Diário do Alentejo e Combate

Graduada Raniele Alves Sousa

Em Portugal, em abril de 1974, ocorreu a Revolução dos Cravos, movimento coordenado pelas Forças Armadas portuguesas que destituiu a ditadura estadonovista. Após este evento, uma série de embates políticos ocorreu e diversas instâncias da sociedade passaram por mudanças, dentre tais, cita-se a reforma agrária e o declínio do latifúndio. Logo, em finais de 1974 ocorreram as primeiras ocupações, quando alguns trabalhadores rurais começaram a explorar por conta própria os latifúndios, posteriormente, apoiados pelas leis agrárias. Em meados de 1975, o movimento de ocupação de terras ganhou mais intensidade em Évora e Portalegre e começou a tornar-se claro que buscavam objetivos mais amplos, visando a real transformação da estrutura da propriedade e da exploração agrícola, além da alteração das relações sociais de produção. Entre agosto e setembro de 1975, o movimento de ocupação de terras atingiu o seu ápice em Beja e em Évora, devido à aprovação pelo Governo, em julho, dos decretos leis 406-A e 407/75 que deram o suporte legal às ocupações. Mediante isto, para o entendimento do processo da Revolução Agrária do Alentejo, nota-se que é de suma importância a compreensão da atuação do Estado português, visto que, a reforma agrária possuiu o apoio do Movimento das Forças Armadas (MFA) e dos governos provisórios, fatores os quais vieram a corroborar com a limitação do poder da classe dos grandes proprietários, levando assim a uma ruptura revolucionária, que no plano Legislativo inspirou uma nova legalidade sobre as questões de posse e de uso da terra. Diante disto, com esta pesquisa propomos investigar as iniciativas governamentais no sentido de regulamentar as ocupações de terras, e compreender a atuação dos trabalhadores rurais, através das publicações dos jornais portugueses Diário do Alentejo e Combate.

2. A REVOLUÇÃO AGRÁRIA NO ALENTEJO: Uma análise das ações do Estado frente a revolução através das páginas do jornal Diário do Alentejo (1974-1976)

Mestrando Victor Sallas Garcês Lima (UEMA)

Em Abril de 1974 eclodiu em Portugal a Revolução dos Cravos, movimento coordenado pelas Forças Armadas portuguesas que derrubou o regime salazarista, restabelecendo as liberdades democráticas e promovendo transformações sociais no país. Na esteira desse movimento, a reforma agrária na região do Alentejo assume grandes proporções. As primeiras ocupações datam de finais de 1974. Em meados de 1975, o movimento de ocupação de terras ganhou mais intensidade em Évora e Portalegre e começou a tornar-se claro que se desenham objetivos mais amplos, visando já a real transformação da estrutura da propriedade e da exploração agrícola, além da alteração das relações sociais de produção. Nesse sentido vemos a intervenção do Estado como legitimador do contexto da Reforma, tornando-se, assim, necessário um estudo sobre a repercussão desse processo nas páginas do jornal Diário do Alentejo, um importante jornal local que fazia a divulgação das notícias sobre o processo.

3. OS SONHOS DE ABRIL: A desarticulação da PIDE/DGS em meio à dissolução do Império do Ultramar através do jornal O Século (1974-1976)

Graduanda Luana dos Anjos Pereira (UEMA)

Este trabalho visa refletir historicamente o processo de desarticulação da Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS) que foi um dos sustentáculos para que o regime político autoritário erigido por António Salazar perdurasse por tanto tempo. Nesse contexto essa pesquisa estará centrada na análise da historiografia sobre a dissolução da PIDE/DGS em África (Guiné-Bissau, Angola e Moçambique), principalmente em comparação com o processo ocorrido em Portugal e do jornal O Século, no período entre 1974 e 1976, com o objetivo de analisar a extinção da PIDE/DGS através das publicações do periódico, assim como mapear as reportagens acerca do processo de descolonização das colônias portuguesas.

4. ESTRATÉGIAS QUE SE CRUZAM NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO LUSO-BRASILEIRA: as violações dos direitos humanos através da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista

Graduanda Thayane Cristine Santos Sousa (UEMA)

Tendo em vista os estudos sobre a Comissão Nacional da Verdade, a presente pesquisa visa mapear documentação oficial que apresente estratégias que se cruzam na Justiça de Transição visando as violações dos direitos humanos através da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista. Além disso, a pesquisa visa por meio de pontos teórico-metodológicos rescindir definitivamente com o regime autoritário e viabilizar a solidificação de uma democracia madura, na qual se observe o respeito e a tutela ampla aos direitos humanos com o cumprimento de obrigações definidas que emanam do sistema internacional de proteção a estes direitos, emerge o conceito de Justiça de Transição, do qual emanam quatro direitos fundamentais: 1) o direito da vítima de ver realizada a justiça; 2) o direito de saber a verdade; 3) o direito à compensação monetária, bem como outras formas de restituição não monetárias; e 4) o direito a instituições renovadas, reorganizadas e responsáveis. Assim sendo, esta pesquisa encontra-se voltada à análise documental produzida por estas duas Comissões. Esta pesquisa, por seu limite temporal, estará sob os pressupostos da Histórica Comparada centrada no mapeamento das detenções ilegais e arbitrárias e nas graves violações aos direitos humanos praticadas pelas polícias políticas do Brasil (DOI-CODI e DOPS) e de Portugal (PIDE) durante os regimes ditoriais. Diante disso, a relevância dessa pesquisa dar-se-á em trazer luzes às singularidades entre o período da Ditadura Luso-brasileira dentro da lógica da Ditadura Empresarial-Militar Brasileira.

5. IMPRENSA E IMPEACHMENT NA NOVA REPÚBLICA BRASILEIRA: uma análise dos casos Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016)

Doutoranda Joyce Cristine Silva Lopes (UEMA)

O presente estudo pretende fazer uma análise sobre os processos de impeachment na nova república brasileira e o papel da imprensa nacional nos processos políticos democráticos como aparelhos privados de hegemonia na criação de um consenso para a gestação de projetos sociais.

6. AS SENTENÇAS DO JULGAMENTO PRINCIPAL DO TRIBUNAL DE NUEREMBERG NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL

Doutoranda Priscilla Piccolo Neves (Ceis20/UC)

O julgamento proferido pelo Tribunal de Nuremberg, ocorrido entre 20 de novembro de 1945 e 01 de outubro de 1946, é o primeiro julgamento ligado a uma corte internacional no qual indivíduos são responsabilizados por crimes de guerra que abalaram o mundo e trouxeram consigo fortes marcas e consequências. Os acontecimentos que marcaram a cidade de Nuremberg são publicizados no Brasil através de diversos periódicos. O objetivo central deste trabalho reside na possibilidade de acompanhar e analisar a repercussão na imprensa brasileira sobre a leitura das sentenças proferidas no julgamento dos principais líderes nazistas, após a derrota alemã na Segunda Guerra Mundial, pelo Tribunal de Nuremberg. Para isso serão analisadas as reportagens veiculadas nas páginas do jornal brasileiro “Jornal do Brasil”, partindo do pressuposto de que o periódico apenas reproduzia as notícias veiculadas em Nuremberg, Alemanha. Neste trabalho, assim, será feita uma análise sobre o que foi e qual a importância do primeiro Tribunal Internacional de Crimes de Guerra e da relevância do julgamento dos 24 líderes nazistas realizado por este Tribunal. Por fim, será realizada a pesquisa documental das notícias sobre a liberação das sentenças dos réus deste julgamento retratados nas datas de 01 e 02 de outubro de 1946.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13 - IMPRENSA COMO FONTE E OBJETO NO BRASIL DITATORIAL

Coordenadores:

Dr.^a Monica Piccolo Almeida Chaves (UEMA)
Doutorando Leonardo Leal Chaves (Ceis20/UC)

1. O USO DO CONCEITO DE SUBDESENVOLVIMENTO NA CRÍTICA DE CINEMA DE PAULO EMILIO SALES GOMES

Doutoranda Senyra Martins Cavalcanti (UEPB/Ceis-20 UC)

Junto com o cinema brasileiro moderno emerge uma crítica de cinema moderna ocupando espaço na imprensa e impactando a recepção fílmica junto ao público. Também moderna, a metodologia de análise crítica de filmes relaciona-o ao contexto mais amplo. É assim que, em 1973, Paulo Emilio Sales Gomes divulga o texto "Cinema: trajetória no subdesenvolvimento", em que discute a trajetória da produção filmica

brasileira usando como chave de análise o conceito de subdesenvolvimento. O conceito de subdesenvolvimento não é um conceito próprio da crítica cinematográfica, o que permite problematizar como este campo dialoga com outros campos de saber nas ciências humanas? Problematizamos também, como o desenvolvimento econômico na fase do Milagre Brasileiro, seus limites e contradições, que ficam claros em seu declínio, impactam o cinema brasileiro e (des)animam a superação da condição de cinema que nasce subdesenvolvido?

2. IMPRENSA E DITADURA: hegemonia de um projeto?

Ma. Raíssa Caroline Macau Mendes

A Ditadura empresarial-militar instaurada no Brasil em 1964 requer, ainda, muitas análises e reflexões que precisam ser manifestadas para a sociedade como todo. Por outro lado, é interessante a abordagem da imprensa como um ponto importante na configuração do regime empresarial-militar e seus andamentos ao longo do exercício de poder. Dessa forma, este trabalho propõe discutir as relações entre imprensa e ditadura na hegemonia de um projeto que se tornaria hegemônico e suas formas que levaram o formato de tal perspectiva. Assim, o principal objetivo de discussão é pensar a imprensa como um dos principais agentes de apoio no pré, durante e pós período ditatorial brasileiro.

3. IMPRENSA, REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E A METAMORFOSE DO MONSTRO: os planos de reestruturação organizacional do SNI (1985-1990)

Doutorando Leonardo Leal Chaves (Ceis20/UC)

Paralelamente à tomada de poder através do Golpe Civil-Militar no Brasil, foi criado, em 13 de julho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI), cujo objetivo principal seria a coordenação das atividades de informação e contrainformação relativas às questões internas, externas e de segurança nacional. O aproveitamento da estrutura coercitiva do Departamento de Ordem Política e Social operacionalizaria parte do levantamento de informações e do controle sobre atividades políticas, estudantis, de trabalhadores e combate ao comunismo a nível estadual. Devido à sua “jurisdição restrita”, houve a criação de outros órgãos e mecanismos de informação-investigação-repressão, demonstrando sua capilaridade (e longevidade). Este trabalho se propõe a analisar os planos de reestruturação organizacional do SNI, entre os anos de 1985 e

1990, em meio ao processo de redemocratização no Brasil, observando também os embates apresentados na imprensa brasileira sobre os rumos dessa engrenagem fundamental na manutenção da estrutura coercitiva pós-1964 com desdobramentos na Nova República.

4. A COBERTURA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA NOS JORNais “A CLASSE OPERÁRIA”, “JORNAL DO BRASIL”, E “DIÁRIO DE PERNAMBUCO” (1972-1979)

Graduando Victor Gabriel de Jesus Santos David Costa (UEMA)

A presente pesquisa trata sobre a Guerrilha do Araguaia, ocorrida nas regiões do Maranhão, Pará e Tocantins, entre 1972 e 1974, cuja organização revolucionária ocorreu contra as forças armadas do exército brasileiro, durante a Ditadura Empresarial Militar, instaurada em 1964. A Guerrilha foi orquestrada pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), com o objetivo de tomar o poder do Estado das mãos dos militares, a partir de uma estratégia de combate voltada para a luta camponesa baseada nas Revoluções Chinesa de 1949, e Cubana de 1953. Nesses dois processos revolucionários, bem como o que aconteceu no Araguaia, a tentativa de tomada do poder pelos comunistas foi caracterizada pela busca da emancipação do camponês, tendo em vista o sofrimento de uma população rural submetida à repressão dos grandes proprietários de terras (CAMPOS FILHO, 2012; 2013). Essa problemática será a base das análises feitas nos jornais A Classe operária, Jornal do Brasil, e Diário de Pernambuco, com o recorte cronológico dos anos de 1972 a 1979, com o intuito de trazer à tona novas hipóteses para o debate histórico sobre a questão agrária no norte do Brasil.

5. REFORMA AGRÁRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTA PELA TERRA NA DÉCADA DE 1980: um olhar através da imprensa

Mestranda Laryssa Gomes Pimenta (UEMA)

O presente trabalho tem como proposta, a partir do uso da imprensa como fonte, analisar os desdobramentos da criação do Estatuto da Terra de 1964 e da Lei de Terras 2.979/69 como fatores que contribuíram de maneira significativa para o agravamento dos conflitos existentes no campo maranhense, assim como contribuiu para uma maior organização política por parte de posseiros e lavradores em movimentos sociais de luta

pela terra, com o intuito de resistir as ações violentas praticadas por parte de grileiros, pistoleiros e por vezes, pelo Estado. Como recorte temporal, partiremos para uma análise acerca das notícias encontradas em jornais impressos na capital maranhense ao longo da década de 1980, observando como eram noticiados os conflitos e os desdobramentos acerca da implementação da tão almejada Reforma Agrária.

6. UM TROPEÇO EM MEIO À GLÓRIA - A IMPRENSA E A DERROTA DA COPA DO MUNDO DE 1966

Me. Harian Pires Braga

O trabalho analisa como a imprensa paulista, nos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, repercutiu a derrota da Seleção Masculina de futebol na Copa do Mundo de 1966. Naquela ocasião o Brasil vinha de um bicampeonato mundial e acabou eliminado na primeira fase, pior resultado desde que o modelo de grupos fora adotado. No contexto político, o país estava no segundo ano da Ditadura Civil Militar, que, ao longo do tempo, apropriou-se do futebol como instrumento de propaganda.